

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263AS-039-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.
Primavera do Leste – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis, foi submetida à procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.232	9.988
Aplicações financeiras vinculadas	7	5.255	4.836
Operações a Receber	8	3.061	2.312
Adiantamento a fornecedor	9	2.460	-
Despesas antecipadas		286	250
Outras contas a receber	10	951	813
Total do ativo circulante		18.245	18.199
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	13	3.071	4.746
Investimentos		2	2
Imobilizado	11	3.537	4.138
Intangível	12	1.392	1.446
Intangível em operação	12	194.356	121.173
Total do ativo não circulante		202.358	131.505
Total do ativo		220.603	149.704

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	14	9.726	4.668
Empréstimos e financiamentos	15	23	150
Debêntures	16	422	13.941
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	836	712
Obrigações fiscais	-	604	451
Outros passivos	17	468	407
Total do passivo circulante		12.079	20.329
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	-	23
Debêntures	16	100.052	82.138
Fornecedores	14	1.643	646
Provisão para contingências	18	289	-
Total do passivo não circulante		101.984	82.807
Patrimônio líquido			
Capital social	19	131.117	68.266
Adiantamento Futuro Aumento Capital		-	-
Prejuízo acumulado		(24.577)	(21.698)
Total do patrimônio líquido		106.540	46.568
Total do passivo e do patrimônio líquido		220.603	149.704

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações dos resultados
para os exercícios de 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacional líquida	20	50.763	45.706
Receitas com construção e infraestrutura	20	76.957	19.217
Custos com construção e infraestrutura	21	(76.957)	(19.217)
Custos dos serviços prestados	21	(22.218)	(22.052)
Resultado bruto		28.545	23.654
Despesas gerais e administrativas	21	(17.358)	(14.621)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		11.187	9.033
Receitas financeiras	22	1.055	928
Despesas financeiras	22	(13.446)	(13.760)
Resultado financeiro líquido	22	(12.391)	(12.832)
Prejuízo antes dos impostos		(1.204)	(3.799)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(1.675)	(1.676)
Prejuízo líquido do exercício		(2.879)	(5.475)
Resultado por ação - básico e diluído		(0,04)	(0,11)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios de 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(2.879)	(5.475)
Resultados abrangentes do exercício	(2.879)	(5.475)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios de 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1o de janeiro de 2024	44.505	3.761	(16.223)	32.043
Integralização de capital	20.000	-	-	20.000
Adiantamento futuro aumento de capital	3.761	(3.761)	-	-
Ajustes de exercícios anterior	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(5.475)	(5.475)
Saldos em 31 de dezembro 2024	68.266	-	(21.698)	46.568
Integralização de capital	62.851	-	-	62.851
Prejuízo do exercício	-	-	(2.879)	(2.879)
Saldos em 31 de dezembro 2024	131.117	-	(24.577)	106.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
para os exercícios de 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos		(1.204)	(3.799)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação	11	1.133	1.101
Amortização	12	3.828	5.423
Baixa líquida de imobilizado	11	7	168
Realização custo de transação empréstimos	15	106	82
Custos de transação com debêntures	16	277	283
Juros debentures	16	12.397	12.701
Provisão para contingências	18	289	-
Variações líquidas dos ativos e passivos operacionais			
Operações a receber	8	(749)	(312)
Despesas antecipadas	9	(36)	33
Adiantamento a fornecedor	-	(2.460)	-
Outras contas a receber	10	(138)	(127)
Fornecedores	14	6.055	(483)
Obrigações trabalhistas e sociais	-	124	33
Obrigações fiscais	-	153	(165)
Outros passivos	17	61	(51)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.843	14.887
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras vinculadas	7	(419)	2.879
Investimentos	-	-	(1)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	11	(539)	(98)
Intangível em operação	12	(76.957)	(19.217)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(77.915)	(16.437)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social	19	62.851	20.000
Pagamento dos empréstimos	15	(256)	(256)
Pagamento das debêntures	16	(8.279)	(10.849)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		54.316	8.895
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(3.756)	7.345
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	9.988	2.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	6.232	9.988
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(3.756)	7.345

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios de 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Prestação de serviços	55.494	49.936
Receitas dos serviços de construção	76.957	19.217
Outras receitas	77	98
Total	132.528	69.251
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(16.760)	(14.848)
Custos dos serviços de construção	(76.957)	(19.217)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.623)	(4.445)
Outros	(2.238)	(1.695)
Total	(101.578)	(40.205)
Valor adicionado bruto	30.950	29.046
Depreciações e amortizações	(4.961)	(6.524)
Valor adicionado líquido produzido	25.989	22.522
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.055	928
Total	1.055	928
Valor adicionado total a distribuir	27.044	23.450
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	5.376	4.952
Benefícios	2.580	2.486
FGTS	439	436
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	5.123	4.871
Estaduais	36	30
Municipais	2.789	2.509
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	12.413	12.799
Aluguéis	1.167	842
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do líquido do período	(2.879)	(5.475)
Total	27.044	23.450

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A. (Companhia) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paraná, nº 715, Cidade Primavera II, Primavera do Leste – Mato Grosso - MT, que foi constituída em 23 de março de 2021.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 004/2020 (Edital), a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária do Trecho do Lote III - Primavera do Leste: MT 130, Entroncamento BR 070 (B) – Entroncamento MT 020, no Estado de Mato Grosso, conforme Edital de Concorrência Pública nº 004/2020, emitido pelo Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra/MT ou Poder Concedente), na qualidade de concessionária.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado;

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Sinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço;
- Frente de conservação;
- Frente de serviços operacionais;

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 1.038, os quais foram pagos à vista e foram registrados no ativo intangível (Nota Explicativa nº 12).

Perspectivas para 2026

Buscando a inovação tecnológica, garantias de cobrança justa e proporcional ao trecho efetivamente percorrido pelos usuários, a Concessionária está em processo administrativo, e em fase de negociação contratual junto ao Poder Concedente de alteração do modelo de cobrança de Praças de Pedágios por Pedágio Eletrônico (Free Flow) com implantações de Pórticos ao longo da Rodovia.

Já se encontram instalados os Pórticos e estamos na fase de teste, aguardando a assinatura do aditivo do contrato.

Conforme estabelecido no contrato, a Concessionária se encontra em um processo de Revisão Ordinária de Contrato, no qual apresentou ao Poder Concedente itens que necessitam de revisão e reequilíbrio contratual, e atualmente está em negociações contratuais.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 31 de março de 2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Na preparação das demonstrações contábeis anuais, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 4.18 - Uso de estimativas e julgamentos.

4. Políticas contábeis materiais

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.2. Operações a receber

As operações a receber são reconhecidas quando a Companhia tem direito contratual de receber valores decorrentes da arrecadação de pedágios, principalmente por meio de instrumentos eletrônicos. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas com base em histórico de inadimplência, risco de crédito e informações prospectivas.

Informações adicionais sobre a composição, vencimento e avaliação das contas a receber estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

4.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociado sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados; e custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado do exercício. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

4.4. Ativos intangíveis

Representa o direito de exploração da infraestrutura concedida, reconhecido conforme ICPC 01 – Contratos de concessão. A amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base no prazo de concessão.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida serão testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

4.4.1. Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 12). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão é amortizado pelo tempo de concessão.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo ao final de cada exercício social, se existem indicações de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos. Quando tais indicações existem, ou quando a avaliação anual é requerida, o valor recuperável do ativo ou da respectiva unidade geradora de caixa (UGC) é estimado.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso é determinado com base em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

No caso da concessão rodoviária, os ativos intangíveis relacionados ao direito de exploração da infraestrutura são avaliados, para fins de *impairment*, no nível da unidade geradora de caixa correspondente à concessão, considerando projeções de tráfego, tarifas de pedágio, custos operacionais, investimentos previstos e demais premissas relevantes, consistentes com o prazo contratual da concessão.

Caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Nos exercícios subsequentes, a Companhia reavalia a existência de indícios de reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores, procedendo à reversão quando aplicável, observados os limites previstos no CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

4.6. Provisão de manutenção e conserva – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, serão registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção será contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura será mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

4.7. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.8. Capitalização dos custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção/melhoria da infraestrutura são capitalizados ao ativo intangível, desde o início das atividades de qualificação até a sua prontidão para uso, deduzidos das eventuais receitas financeiras de aplicações de recursos ainda não utilizados. Custos de transação das debêntures são registrados como dedução do respectivo passivo e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva.

4.9. Reconhecimento de receita

Receita de pedágio

A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita será mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

A receita será reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita de construção

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

A Companhia não irá reconhecer margem de lucro por considerar que tais valores serão irrelevantes, considerando-a zero.

Os custos dos contratos serão reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

4.10. Reconhecimento de despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.11. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os principais instrumentos financeiros registrados são aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, Empréstimos e financiamentos e Debêntures.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva.

As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, com avaliação periódica de perdas esperadas.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos e as debêntures são classificados como custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos., A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge ou ativos financeiros complexos. Portanto, os demais dispositivos previstos na norma não se aplicam à realidade operacional da Companhia.

4.12. Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O reconhecimento inicial ocorre pelo valor justo da contraprestação recebida, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão, tais como taxas, honorários, custos de registro e despesas relacionadas ao processo de colocação das debêntures. Esses custos são contabilizados como dedução do valor do passivo e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros ao longo do prazo das debêntures

Após o reconhecimento inicial, as debêntures são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, que aloca a remuneração contratual (incluindo atualização monetária pelo IPCA, juros e spreads) ao longo do período previsto na Escritura de Emissão. A remuneração, atualização monetária e demais encargos financeiros são reconhecidos no resultado como despesas financeiras à medida que incorridos.

As debêntures são apresentadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais das parcelas de amortização previstas para os períodos subsequentes. O valor classificado no passivo circulante corresponde às obrigações cujo pagamento está programado para ocorrer nos doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis, conforme cronograma constante na Escritura de Emissão

Eventuais gatilhos de vencimento antecipado previstos na Escritura, bem como reforço de garantias ou descumprimento de obrigações contratuais, são avaliados periodicamente para identificação de modificações na classificação, mensuração ou exigibilidade do passivo.

4.13. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem às incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.15. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

4.16. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações contábeis, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado.

4.17. Provisões gerais

As provisões serão reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. A despesa relativa a quaisquer provisões será apresentada na demonstração do resultado.

4.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas em dados históricos, premissas atuais e projeções futuras, e são revisadas periodicamente. Alterações nas estimativas são reconhecidas nos exercícios em que ocorrem e em exercícios futuros afetados.

As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, e considerando a continuidade operacional da Companhia.

As principais áreas que exigem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- Provisão para manutenção da infraestrutura da concessão;
- Testes de recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros.

4.19. Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – “Demonstração do valor adicionado”, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

4.20. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado a Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia.

OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

5.1. Normas e leis tributárias emitidas, mais ainda não vigentes

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis em exercícios futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- **Lei nº 14.789/2023 / MP 1.185/2023**

Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.

- **CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins)**

Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.

- **Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024**

Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações contábeis.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	988	745
Saldos bancários	5.205	9.137
Aplicações financeiras – Contas vinculadas	39	106
Total	6.232	9.988

As aplicações financeiras correspondem a CDBs. As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI empresarial com remuneração controlada entre 96% e 100% do CDI.

7. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas	5.255	4.836
Total	5.255	4.836

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 5.255 (R\$ 4.836 em 31 de dezembro de 2024) em aplicações financeiras vinculadas às debêntures, mantidas na Conta Pagamento Serviço da Dívida, conforme previsto na Escritura de Emissão.

Essas aplicações correspondem a CDBs pós-fixados, remunerados entre 99% e 100% do CDI, cuja movimentação é restrita e ocorre exclusivamente para atender ao pagamento do serviço da dívida, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

A Escritura não estabelece a manutenção de saldo mínimo ou exigência de constituição de reserva de longo prazo, de modo que o montante vinculado varia conforme os desembolsos realizados para pagamento de juros e amortizações das debêntures ao longo do tempo.

8. Operações a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber	2.864	2.111
Vale pedágio a receber	8	29
Cartões de crédito a receber	189	172
Total	3.061	2.312

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistem histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

9. Adiantamento a fornecedor

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedor (a)	2.460	-
Total	2.460	-

(a) Corresponde a adiantamentos a fornecedores para implantação de pedágio eletrônico Free Flow.

10. Outras contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	157	263
Caução	62	62
Tributos retido na fonte	694	457
Outras contas	38	31
Total	951	813

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

11. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Depreciação			Líquido	Líquido		
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Baixas	Saldos	31/12/2025	31/12/2024	
		31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025			
Imobilizado da administração	10%	2.486	120	(6)	2.600	(712)	(254)	1	(965)	1.635	1.774
Computadores e periféricos	20%	1.522	175	(3)	1.694	(851)	(322)	1	(1.172)	522	671
Veículos	20%	2.456	210	-	2.666	(1.400)	(527)	-	(1.927)	739	1.056
Instalações, prédios e benfeitorias	4%	726	34	-	760	(89)	(30)	-	(119)	641	637
Total		7.190	539	(9)	7.720	(3.052)	(1.133)	2	(4.183)	3.537	4.138

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Depreciação			Líquido		
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Baixas	Saldos		
		31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2024	
Imobilizado da administração	10%	2.489	31	(34)	2.486	(467)	(249)	4	(712)	1.774
Computadores e periféricos	20%	1.465	67	(10)	1.522	(554)	(298)	1	(851)	671
Veículos	20%	2.683	-	(227)	2.456	(973)	(525)	98	(1.400)	1.056
Instalações, prédios e benfeitorias	4%	726	-	-	726	(60)	(29)	-	(89)	637
Total		7.363	98	(271)	7.190	(2.054)	(1.101)	103	(3.052)	4.138

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

12. Intangível

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Amortização			Líquido	Líquido		
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Baixas	Saldos	31/12/2025	31/12/2024	
		31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025			
Intangível em operação	3,49%	131.246	76.957	-	208.203	(10.073)	(3.774)	-	(13.847)	194.356	121.173
Licenças de uso de softwares	3,33%	541	-	-	541	(52)	(18)	-	(70)	471	489
Direito de outorga concessão (i)	3,49%	1.038	-	-	1.038	(81)	(36)	-	(117)	921	957
Total		132.825	76.957	-	209.782	(10.206)	(3.828)	-	(14.034)	195.748	122.619

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Amortização			Líquido		
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Baixas	Saldos		
		31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2024	
Intangível em operação	3,49%	112.029	19.217	-	131.246	(4.705)	(5.368)	-	(10.073)	121.173
Licenças de uso de softwares	3,33%	541	-	-	541	(34)	(18)	-	(52)	489
Direito de outorga concessão (i)	3,49%	1.038	-	-	1.038	(44)	(37)	-	(81)	957
Total		113.608	19.217	-	132.825	(4.783)	(5.423)	-	(10.206)	122.619

(i) A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio se iniciou em 14 de outubro 2022 após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 1.038, foram pagos à vista.

13. Ativos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém ativo fiscal diferido exclusivamente sobre diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a despesas pré-operacionais, cujo benefício fiscal se realiza por amortização em 60 meses a partir do início da operação do início do pedágio (outubro/2022).

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa (pré-operacional)	3.071	4.746

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(1.204)	(3.799)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	409	1.292
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças permanentes adições/exclusões	(2.084)	(2.968)
Despesas com imposto de renda e contribuição social		
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	(1.675)	(1.676)
Alíquota efetiva de impostos	-	-

14. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	11.369	5.314
Total	11.369	5.314
Circulante	9.726	4.668
Não Circulante	1.643	646

Abertura dos pagamentos de fornecedores classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2028	1.643	646
Total	1.643	646

15. Empréstimos e financiamentos

Nº Contrato	Tipo	Banco	Encargos Financeiros incidentes	Data Início e Vencimento	Saldo 31/12/2025	Saldo 31/12/2024
14546034-1	C.C.B	Banco Itaucard S.A.	16,07545% a.a.	06/12/2021 - 02/02/2026	27	193
29901745-9	C.C.B	Banco Itaucard S.A.	16,07545% a.a.	17/12/2021 - 14/02/2026	15	105
		(-) Custo de transação a amortizar			(19)	(125)
Total					23	173
Circulante					23	150
Não circulante					-	23

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	173	347
Pagamentos Parcelas	(256)	(256)
Custo de transação amortizar	106	82
Saldo final	23	173

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Ano de vencimento	2025	2024
2026	-	23
Total	-	23

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelo Aval dos acionistas.

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	153
2027	2.625	2.122
2028 a 2038	97.427	79.863
Total	100.052	82.138

Amortização das Debêntures

A amortização do principal das debêntures segue o cronograma estabelecido na Escritura de Emissão, composto por parcelas semestrais com percentuais reduzidos nos exercícios de 2025 e 2026, conforme previsto no cronograma contratual de amortização

Em razão desses percentuais pouco significativos — inferiores a 0,10% do saldo atualizado em cada uma das datas de pagamento de 2025 e 2026 — o montante classificado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 reflete apenas as amortizações programadas para os doze meses subsequentes, resultando em valor reduzido frente ao saldo total da emissão.

O saldo remanescente das debêntures permanece classificado no passivo não circulante, sendo amortizado gradualmente até o vencimento final em 2038, conforme o cronograma previsto na Escritura de Emissão.

Movimentação das debêntures:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	96.079	93.944
Atualização juros	12.397	12.701
Pagamento de juros	(8.279)	(10.849)
Custo de transação	277	283
Saldo final	100.474	96.079

Emissão de Debêntures – Mercado de Capitais

Em **15 de dezembro de 2021**, a Companhia realizou **captação de recursos no mercado de capitais local** por meio da **1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações**, com esforços restritos, nos termos da **Instrução CVM nº 476** e da **Lei nº 12.431/2011**.

A emissão foi realizada em **série única**, no montante total de **R\$ 96.000.000**, sob **regime de garantia firme de colocação**, e teve como finalidade exclusiva o financiamento e/ou reembolso de gastos vinculados ao Projeto de Concessão da Rodovia MT-130, conforme previsto na Escritura de Emissão e na legislação aplicável

As debêntures contam com **garantias reais e fidejussórias**, incluindo:

- **Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia**, representando a totalidade do capital social, e abrangendo automaticamente quaisquer novas ações emitidas, bonificações ou valores mobiliários a elas vinculados;
- **Cessão fiduciária de direitos creditórios** relacionados aos rendimentos das ações e demais proventos distribuídos aos acionistas;
- Outras obrigações acessórias previstas nos **Contratos de Garantia**, que incluem reforço de garantia, manutenção das condições pactuadas e prevalência cumulativa das garantias até a liquidação integral das obrigações.

As garantias são válidas e eficazes até o **integral cumprimento das obrigações das debêntures**, incluindo principal, remuneração, atualização monetária pelo IPCA, encargos moratórios, custos do agente fiduciário e demais despesas previstas contratualmente. A excussão das garantias poderá ocorrer de forma integral ou parcial, conforme deliberação dos debenturistas, sem ordem de prioridade, até a satisfação de todas as obrigações previstas na Escritura de Emissão.

A emissão prevê **cláusulas de vencimento antecipado**, incluindo hipóteses de descumprimento contratual, constituição de ônus sobre os bens garantidos, não atendimento a obrigações financeiras e situações previstas na Escritura de Emissão e Contratos de Garantia.

A alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da Companhia constitui **garantia real e não altera a natureza de instrumento de dívida** da emissão, uma vez que não confere aos debenturistas direitos de propriedade, controle ou participação residual no patrimônio da Companhia, sendo exercível somente em caso de inadimplemento e para fins de execução da garantia. A emissão não estabelece **covenants financeiros** (tais como indicadores de endividamento ou cobertura), limitando-se a obrigações contratuais e operacionais típicas de debêntures estruturadas, conforme previsto na Escritura de Emissão.”

Em **31 de dezembro de 2025**, a Companhia **estava em conformidade com todas as obrigações**, covenants e condições previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, não havendo inadimplementos ou eventos de vencimento antecipado registrados até a presente data.

17. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações contratuais (i)	245	233
Seguros a pagar	3	2
Aluguéis a pagar	64	41
Outros passivos	156	131
Total	468	407

(i) O valor referente ao Ônus de Fiscalização apurado trimestralmente sobre a receita de pedágio a taxa de 2% e recolhido no último dia útil do mês subsequente ao Poder Concedente.

18. Provisão para riscos processuais

A administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

Em 31 de dezembro de 2025, existe o saldo de **R\$ 289** de provisão para riscos processuais, visto que há processos prováveis de perdas, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos (sem valores em 2024).

A Companhia é parte integrante em demandas judiciais, para as quais a Administração apoiada pela opinião de seus consultores jurídicos entende que a materialização é possível de perda, mas não provável no valor de R\$ 1.066 (Com valores em 2024 de R\$ 2.167)

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 131.117, totalmente integralizado e representado por 131.117 ações Ordinárias.

Em 10 de outubro de 2025 e 23 de dezembro de 2025, houve aumento de capital, no montante de R\$ 29.269 e R\$ 33.582 respectivamente. O aumento de capital foi realizado pelos acionistas Construtora Kamilos e Terracom Concessões e Participações.

Acionista	Ações em 31/12/2025			
	Subscritas	Integralizadas	A Integralizar	Partic. %
Construtora Kamilos Ltda.	59.886.959	59.886.959	-	45,6743%
Terracom Concessões e Participações	59.886.959	59.886.959	-	45,6743%
Vale do Rio Novo Eng. e Construções	11.343.500	11.343.500	-	8,6514%
Total	131.117.418	131.117.418	-	100%

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 68.266, totalmente integralizado. E estava representado por 68.266 ações ordinárias.

Acionista	Ações em 31/12/2024			
	Subscritas	Integralizadas	A Integralizar	Partic. %
Construtora Kamilos Ltda.	22.477.000	22.477.000	-	32,9256%
Encalco Construções Ltda.	11.968.500	11.968.500	-	17,5322%
Terracom Concessões e Participações	22.477.000	22.477.000	-	32,9256%
Vale do Rio Novo Eng. e Construções	11.343.500	11.343.500	-	16,6166%
Total	68.266.000	68.266.000	-	100%

20. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de pedágio	55.494	49.936
Outras Receitas	77	98
(-) ISS	(2.775)	(2.497)
(-) PIS	(361)	(324)
(-) Cofins	(1.665)	(1.498)
(-) PIS - outras receitas	(1)	(2)
(-) Cofins - outras receitas	(6)	(7)
Receita operacional líquida	50.763	45.706
Receitas com construção e infraestrutura	76.957	19.217
Total	127.720	64.923

Em 14 de outubro de 2022 se deu o início das operações nas praças de pedágio, que dão origem a receita operacionais da Companhia.

De acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os valores de R\$ 76.957 e R\$ 19.217, respectivamente, referente a receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor.

21. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custos dos serviços prestados	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(5.740)	(5.354)
Serviços de terceiros	(5.925)	(5.077)
Seguros e garantias	(504)	(551)
Custos contratuais da concessão	(2.441)	(2.270)
Materiais/equipamentos/veículos	(3.390)	(3.030)
Depreciação/amortização	(3.774)	(5.368)
Outros	(444)	(402)
Custos dos serviços prestados	(22.218)	(22.052)
Custos com construção e infraestrutura	(76.957)	(19.217)
Total	(99.175)	(41.269)

Despesas gerais e administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(4.013)	(3.848)
Serviços de terceiros	(7.685)	(6.675)
Materiais/equipamentos/veículos	(2.094)	(1.172)
Depreciação e amortização	(1.192)	(1.156)
Provisão para contingência	(289)	-
Outros	(2.085)	(1.770)
Total	(17.358)	(14.621)

22. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicações financeiras	1.055	926
Descontos obtidos	-	2
Total das receitas financeiras	1.055	928
Juros	(12.413)	(12.717)
Despesas financeiras	(170)	(177)
Custos de Transação	(700)	(714)
Outras despesas	(163)	(152)
Total das despesas financeiras	(13.446)	(13.760)
Resultado financeiro líquido	(12.391)	(12.832)

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Básico		
Resultado do exercício	(2.879)	(5.475)
Número de ações durante o exercício (milhares)	75.750	49.086
Prejuízo por ação – básico	(0,04)	(0,11)
Diluído		
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo por ação	(2.879)	(5.475)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	75.750	49.086
Prejuízo por ação – diluído	(0,04)	(0,11)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias;
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	6.232	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.255	-
Operações a receber	3.061	-
Outras contas a receber	951	-
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	-	(23)
Debêntures	-	(100.474)
Fornecedores	-	(11.369)
Outras contas a pagar	-	(468)
Total	15.499	(112.334)

Riscos de mercado

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic; e os encargos financeiros das debêntures estão vinculados ao IPCA.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI e ao IPCA.

Análise de sensibilidade

Indicadores	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	14,33%	17,92%	10,75%	21,50%
Receitas de aplicações financeiras	759	949	569	1.138
IPCA	3,97%	4,96%	2,98%	5,96%
Debêntures	(4.102)	(5.125)	(3.079)	(6.159)
Juros a incorrer (i)	(4.102)	(5.125)	(3.079)	(6.159)
Juros a Incorrer Líquido das receitas de Aplicações financeiras	(3.343)	(4.176)	(2.510)	(5.021)

(i) Referente ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Exposição a riscos de créditos

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia não receber os valores devidos por terceiros, principalmente aqueles relacionados às operações de arrecadação de pedágio eletrônico e aos créditos mantidos junto a instituições financeiras provenientes de aplicações financeiras e demais instrumentos financeiros.

A Companhia entende que essa exposição é baixa, mas não inexistente. Para mitigá-la, realiza acompanhamento sistemático da posição patrimonial e financeira das operadoras de meios de pagamento eletrônico de pedágio, bem como o monitoramento periódico dos respectivos saldos a receber e eventuais atrasos.

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia mantém política conservadora, aplicando recursos exclusivamente em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, observando limites internos de exposição por contraparte e revisões periódicas de risco.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia – contrato de concessão	Junho/2025 a junho/2026	51.333
Riscos operacionais	Junho/2025 a junho/2026	472.702
D&O	Julho/2025 a julho/2026	5.000
Responsabilidade civil	Junho/2025 a junho/2026	5.182
Risco de engenharia	Junho/2025 a dezembro/2026	45.543

As coberturas de seguros, dos veículos frota própria são 100% tabela FIPE e para terceiros a cobertura limite é R\$ 1.000. Já a apólice de seguro de vida dos empregados e administradores, tem a cobertura de 30x o salário, sendo o teto de R\$ 1.300.

26. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: seguro de vida, plano de saúde, auxílio creche e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

27. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

* * *